



EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	5
<i>Nascita e sviluppo monumentale della città romana di Ostra (AN)</i>	
Pier Luigi Dall'Aglio, Michele Silani e Cristian Tassinari.	9
<i>Urbanismo e Architettura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer</i>	
Manuela Martins, Jorge Ribeiro, Fernanda Magalhães e Cristina Braga	29
<i>Dalla città romana alla città tardoantica: trasformazioni e cambiamenti nelle città della pianura padana centro-occidentale</i>	
Pier Luigi Dall'Aglio, Kevin Ferrari e Gianluca Mete	69
<i>A evolução do tecido urbano flaviense desde Aquae Flaviae a Chaves Medieval: Síntese de Resultados</i>	
João Ribeiro	99
<i>Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com instalação de Afonso Henriques</i>	
Walter Rossa	127
<i>A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	145
<i>El impacto de las actividades industriales en el paisaje urbano de la Corona de Aragón (siglo XV)</i>	
Germán Navarro Espinach.	173
<i>Entre os "ideais e a realidade". A urbanização do Porto na Baixa Idade Média</i>	
Helena Teixeira	185

<i>Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa</i>	
Luísa Trindade	209
<i>O Impacto da Rua Nova do Porto no urbanismo, construção e sociedade</i>	
Helena Pizarro	229
<i>Na passagem do Estreito: evolução urbana do “castelo pequeno” entre mouros e cristãos</i>	
Jorge Correia	243
<i>O Porto visto do rio</i>	
Luís Miguel Duarte	261
<i>The regulation of ‘nuisance’: civic government and the built environment in the medieval city</i>	
Sarah Rees Jones	283

APRESENTAÇÃO

MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO

O estudo da cidade histórica em Portugal tem sido condicionado, em larga medida, por critérios cronológicos ou temáticos específicos. Refira-se a título de exemplo os estudos realizados sobre a cidade romana, medieval, moderna e colonial, ou contemporânea, mas também aqueles que privilegiam a história económica e social, ou o urbanismo e a arquitetura. Por fim, merece igualmente destaque o contributo dado pelos estudos realizados por geógrafos, centrados em aspectos específicos do plano urbano.

Na generalidade tratam-se de estudos sincrónicos realizados numa perspectiva metodológica muito específica da área do saber que os promove. Todavia, a análise do fenómeno urbano implica, na maioria dos casos, uma perspectiva diacrónica da ocupação do espaço, bem como o uso de fontes e metodologias variadas. Com o objetivo de quebrar a tendência vigente para a compartimentação do estudo da cidade organizou-se o *I Colóquio Internacional Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia* em Maio de 2011, na Universidade do Minho, com o qual se pretendeu dar início a um Ciclo mais vasto. Este Colóquio teve como principal objetivo a análise histórica das inter-relações entre as estruturas económicas, sociais e políticas e a paisagem urbana, nas suas expressões materiais tais como espaços ou edifícios públicos, ou privados, civis ou religiosos, defensivos ou económicos, entre outros. Foi, igualmente, privilegiada a análise dos condicionamentos legislativos, tais como disposições ou regras de ordenamento urbano, como manifestação dessas inter-relações. Pretendeu-se, assim, avaliar os diferentes mecanismos que condicionaram ou foram condicionados pela transformação dos tecidos urbanos.

De facto, o estudo da Evolução da Paisagem Urbana assume-se como um tema fortemente multidisciplinar, que beneficia dos contributos conceptuais e metodológicos de diferentes áreas do saber, bem como do cruzamento de diferentes fontes e perspetivas de análise.

A análise da génese e evolução do espaço urbano na sua relação com as atividades sociais e económicas constitui uma dimensão com peso significativo na compreensão da transformação da paisagem urbana, tema que elegemos para dar início a um ciclo de estudos na perspectiva da análise diacrónica das cidades históricas.

Deste modo o presente livro, resultante, em parte, do desenvolvimento das temáticas apresentadas neste I Colóquio, congrega um conjunto de estudos de investigadores de diversas universidades, nacionais e estrangeiras, incluindo historiadores, arqueólogos, historiadores da arte e arquitetos, de origem portuguesa, espanhola, italiana e inglesa, centrando-se numa cronologia larga, do período romano ao tardo Medieval e Moderno (século XVI).

Esta obra inicia-se com um conjunto de trabalhos sobre cidades romanas em território português e italiano, que procura abordar o espaço urbano, numa perspetiva diacrónica, em articulação com diferentes aspetos da economia e da sociedade.

Pier Luigi Dall'Aglio, Michele Silani e Cristian Tassinari tratam do nascimento e evolução da cidade romana de Ostra, em Itália, entre o final do século I a.C. e a primeira metade do século I d.C., caracterizando os seus principais elementos constitutivos, nomeadamente o *forum*, os principais edifícios públicos, sagrados e profanos, e áreas residenciais definidas por uma malha regular de ruas pavimentadas. Os autores deram particular destaque na sua abordagem à monumentalização progressiva da praça central.

Por sua vez, Manuela Martins, Jorge Ribeiro, Fernanda Magalhães e Cristina Braga abordam a evolução da cidade romana de *Bracara Augusta*, entre a sua fundação, nos finais do século I a.C. e o século IV, analisando em particular o contexto histórico, político e geográfico que conduziu à sua criação, bem como a precoce implantação do seu traçado ortogonal. Os autores debruçam-se ainda sobre as características e evolução da arquitetura pública e privada, na sua relação com a atividade económica e a organização social.

Sobre a transformação da cidade romana para a tardo-antiga, Pier Luigi Dall'Aglio, Kevin Ferrari e Gianluca Mete analisam as cidades da planície *padana* centro-ocidental, designadamente Cremona, Piacenza e Pavia. A partir do século III d.C. verificam-se alterações na estrutura urbana destas cidades, designadamente através da construção de novas fortificações, igrejas e palácios, mas também com a introdução de novas técnicas construtivas, bem como devido à proliferação de atividades rurais entre muros. Estamos em presença do nascimento dos núcleos urbanos medievais.

Por fim, João Ribeiro analisa a evolução urbana da cidade de Chaves, desde a sua fundação romana até à Idade Média. Desde o século I d.C., como *Aquae Flaviae*, a cidade conheceu sucessivas ocupações, condicionadas por circunstâncias geográficas e históricas variadas. O autor pretendeu, através da aplicação de uma

metodologia multidisciplinar, obter algumas respostas a questões levantadas em estudos anteriores e à formalização de novas problemáticas de análise, privilegiando uma análise diacrónica do espaço urbano. Nesse sentido, cruzou diferentes fontes de informação, dando particular ênfase aos elementos materiais remanescentes, quer soterrados, quer integrados no tecido urbano atual, mas também às fontes arqueológicas, cartográficas e documentais. A sua abordagem beneficiou do recurso às novas tecnologias de informação.

Segue-se um outro grupo de trabalhos sobre a influência das atividades políticas, económicas e sociais na organização da paisagem urbana medieval. Destaca-se o trabalho de Walter Rossa sobre o urbanismo e o poder na fundação de Portugal, através da análise do caso das reformas urbanas levadas a cabo em Coimbra, por D. Afonso Henriques. O autor procura mostrar como a instalação do primeiro rei naquela cidade teve uma expressão urbanística concreta, reveladora dum projeto político, que visava a sua transformação em cidade capital.

Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo procederam a uma abordagem acerca do papel das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa, procurando desde logo identificar quais os sectores com maior expressão, a sua localização no plano urbano e, posteriormente, a forma como influenciaram e /ou foram influenciados pela evolução da paisagem urbana. Através da análise de alguns exemplos concretos, designadamente das cidades de Braga e do Porto, os autores procuraram demonstrar a reciprocidade existente entre a implantação das atividades comerciais e produtivas e a estruturação do tecido urbano medieval.

Germán Navarro Espinach inicia o seu estudo com um balanço sobre os trabalhos realizados nos últimos anos acerca do impacto das atividades industriais na paisagem urbana da Coroa de Aragão. De seguida apresenta uma análise mais detalhada do sector das sedas na cidade de Valência, no século XV. Através deste exemplo o autor pretende destacar a importância da utilização conjunta de diferentes tipos de fontes documentais designadamente escritas, arqueológicas e toponímicas para o estudo da paisagem urbana medieval. German Navarro destaca a análise da evolução dos diferentes componentes urbanos na sua interligação com o contexto histórico concreto, contrariando uma visão “formalista do urbanismo”, que se pretende explicar independentemente da história económica e social do território.

A partir da análise da urbanização do Porto medieval, Helena Teixeira analisa os mecanismos sociais, políticos e económicos que influenciaram e condicionaram a evolução da paisagem daquela cidade. Tal como outros autores, privilegia a utilização de diferentes fontes, nomeadamente o espaço físico da cidade atual em articulação com fontes escritas. Contrariamente à maioria dos estudos existentes sobre a paisagem urbana do Porto medieval, que se concentram em zonas específicas da cidade e não no seu todo, a autora analisa os vários interesses que se

confrontaram em simultâneo nesta cidade, tentando perceber o crescimento urbano como resultado dessas tensões. Pretendeu apresentar uma nova visão da construção da cidade medieval, não focada na sua descrição física, mas na compreensão dos mecanismos que a determinaram.

Com o objectivo de compreender a génese do espaço do poder concelhio – a Casa da Câmara ou Paço do Concelho – na cidade Medieval Portuguesa, Luísa Trindade analisa várias questões relacionadas com o seu aparecimento e evolução. A autora procura explicar o quando e o porquê do surgimento da casa da câmara, qual a sua configuração espacial, bem como a sua evolução formal, em resposta a questões funcionais, ou a mecanismos retóricos de afirmação social. Ilustrou a sua análise com o recurso a vários paços concelhios medievais de diferentes cidades portuguesas.

Por sua vez, Helena Pizarro procura apresentar novas perspetivas sobre a abertura da Rua Nova do Porto, nos séculos XV e XVI, analisando alguns aspetos até agora menos aprofundados. A autora pretende compreender de que forma esta Rua interferiu na forma de agir e de pensar o urbanismo por parte dos poderes, tendo em conta as regras estipuladas pelos monarcas no que respeita à organização do espaço, à construção do edificado, ou ao seu embelezamento, bem como à dimensão social dos seus habitantes, entre outros. Para tal, a autora procura analisar o antes e o depois da construção da Rua Nova, de modo a avaliar o impacto por ela causado no urbanismo da cidade.

Por fim, Jorge Correia analisa o exemplo de Alcácer Ceguer, cidade do Norte de África, durante o período de domínio português, entre 1458 e 1550. Tratando-se da única das antigas possessões portuguesas no Magrebe que chega ao presente como um campo arqueológico, tem permitido uma análise da evolução urbana entre a ocupação islâmica e a portuguesa. O autor centra o seu estudo na análise do sistema defensivo e suas implicações na organização do tecido urbano.

Dois trabalhos com visões distintas sobre a temática em análise concluem esta obra. O estudo de Luís Miguel Duarte sobre *O Porto visto do rio*, que aborda o desenvolvimento urbanístico da zona ribeirinha da cidade, na Baixa Idade Média, numa perspetiva económica e política, que inclui as duas margens do rio Douro, do Porto medieval até ao mar. O autor analisa as questões de comércio, transporte e produção próprias das zonas portuárias da cidade, inserindo-as em diferentes escalas e âmbitos geográficos e económicos.

Por sua vez, Sarah Rees Jones debruça-se sobre a regulamentação da “nuisance” nas cidades tardo-medievais inglesas. O termo aplicava-se a um vasto leque de ofensas menores, regulamentadas ao nível das instituições administrativas locais urbanas, as *parishes* e os *wards*. Essas ofensas incluíam a falta de reparação de edifícios arruinados, a obstrução de ruas, ou deixar o lixo em locais interditos, entre

outros. Mas também compreendiam comportamentos antissociais, que incluíam a perturbação da tranquilidade noturna. As fontes judiciais sobreviventes permitem analisar a perceção social sobre estas questões, bem como o contexto político e social dessa regulamentação.

Gostaríamos de finalizar, agradecendo a todos aqueles que tornaram possível esta publicação. Ao CITCEM e à FCT, ao Departamento de História da Universidade do Minho e, de modo muito particular, aos autores dos diferentes artigos que, com as suas diferentes perspetivas de investigação, contribuíram para o enriquecimento dos estudos sobre a influência da sociedade e da economia na evolução da paisagem urbana.